

Bancada do DF rebate as ameaças à sua autonomia

DF - Representação Política

14 FEV 1993

CORREIO BRAZILIENSE

Cláudia Moreira

A revisão constitucional poderá conduzir a uma batalha em torno não apenas da autonomia econômica do Distrito Federal — cuja bancada pretende cobrar — mas também de sua autonomia política, já assegurada. É que parlamentares, como o deputado Paulo Delgado (PT-MG), iniciaram um movimento destinado a contestar essa autonomia, que já consta da atual Carta e se manifesta nas eleições diretas para governador, senadores, deputados federais e distritais.

Delgado argumenta que, como o Distrito Federal não possui uma atividade econômica de peso, deve perder sua representação política. Essa situação ameaça reverter a posição da bancada de Brasília: em vez de cobrar a autonomia econômica, que viria mediante a criação de um fundo especial, semelhante ao Fundo de Participação dos Estados, vê-se em risco de ser conduzida a uma posição defensiva, tentando conservar o que se alcançou ao longo dos últimos dez anos.

O ministro da Justiça, Maurício Corrêa, defende a manutenção da autonomia, lembrando que constitui velha reivindicação de Brasília. “Embora o Judiciário, as áreas de educação e saúde estejam ligadas à União, a Assembléia Legislativa — que representa a autonomia — deve ser preservada”. Outro fervoroso opositor da proposta de Paulo Delgado é o presidente



Paulo Delgado: contra autonomia

da Câmara Legislativa do DF, deputado Benício Tavares. Segundo ele, Brasília precisa alcançar sua autonomia financeira de forma a não dar qualquer margem a idéias como a do parlamentar mineiro.

O deputado Benício Tavares, juntamente com alguns líderes políticos de Brasília, defende a idéia de que a União arque somente com um custo determinado na condição de usuária dos serviços e equipamentos da cidade. “O governo do DF tem a grande responsabilidade de prover os serviços de saúde, educação e, sobretudo, segurança, com o máximo de eficiência e qualidade”.

O secretário de Comunicação do GDF, Welington Luiz Moraes, afirma que Delgado, com esta proposta, está criticando a própria democracia. “Ele quer impedir a população de eleger seus representantes”. “Aliás”, diz o se-

cretário, “Paulo Delgado está contrariando o Partido dos Trabalhadores (PT), que sempre defendeu a autonomia política”.

Retrocesso — Na qualidade de relator da Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios, o deputado Sigmaringa Seixas (PSDB-DF) foi autor do anteprojeto que concedeu autonomia política ao DF. Portanto, segundo o parlamentar, a proposta de Delgado é um retrocesso no processo democrático. Para evitar justificativas de que, por não haver uma atividade econômica de peso, Brasília deve perder sua representação política, o parlamentar entende que o DF precisa reduzir sua dependência financeira, procurando alternativas para geração de empregos. “Não podemos cruzar os braços. O Governo trata o DF como se fosse um filho de pai rico, que não precisa trabalhar”.

“O DF não tem autonomia financeira, mas nenhum estado a possui. Todos vivem dos repasses da União”. É assim que o deputado Benedito Domingos (PP-DF) manifesta sua contrariedade com a proposta. Para ele, o DF é prejudicado pelo critério de distribuição do Fundo de Participação dos Estados, já que ele possui um pequeno território, uma renda **per capita** elevada (devido aos altos funcionários do Plano Piloto) e uma população grande. Além disso, por ser capital da República, haverá sempre um custo, um ônus”, conclui.

Outra integrante da bancada local, a deputada Maria Laura (PT-DF), acredita que a proposta contraria a própria vontade da população, que quer ter uma representação política. O deputado Augusto Carvalho (PPS-DF) pensa que não será suprimindo o Legislativo que se corrigirá eventuais erros. “O Legislativo faz parte do controle que a sociedade cria para fiscalizar de perto o Executivo”, salienta.